

## AS NOVAS GUERRAS: O DESAFIO DA GUERRA HÍBRIDA

*THE NEW WARS:  
THE CHALLENGE OF HYBRID WARFARE*

**Hugo Miguel Moutinho Fernandes**

Major de Infantaria “CMD”

Docente do IUM

Investigador Integrado do CIDIUM

Lisboa, Portugal

moutinhofernandes@gmail.com

### **Resumo**

As últimas décadas têm trazido a debate as alterações no caráter da guerra contemporânea. O objetivo deste estudo é efetuar uma análise ao conceito daquilo a que muitos teorizadores designam por guerra híbrida.

Pese embora o fenómeno da guerra híbrida não seja novo, como defendemos nesta análise, a ascensão deste conceito veio representar em si uma dificuldade acrescida para o ambiente securitário, e mais concretamente para o planeamento e resposta a efetuar no combate às ameaças híbridas futuras por parte da Aliança.

Esta “nova” forma de fazer a guerra, assente na teoria da guerra híbrida, engloba uma combinação única de ameaças híbridas (Estados falhados e atores não-estatais, apoiados por Estados), que exploram uma combinação de desafios, empregando todas as formas de guerra e táticas, mais frequentemente em simultâneo. É fundamental que entendamos essas características de mudança, a sua natureza, as suas relações e a sua história para uma compreensão aproximada do fenómeno.

Apesar de existirem, ao longo da história, vários exemplos de guerras que se enquadram nesta caracterização, iremos analisar com maior profundidade o pensamento e modelo de guerra híbrida conduzido pela Rússia na anexação da Crimeia e intervenção no leste da Ucrânia, em 2014.

**Como citar este artigo:** Fernandes, H., 2016. As Novas Guerras: O Desafio da Guerra Híbrida . *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2016 IV (2), pp. 13-40.  
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

Esta guerra híbrida representa um claro desafio aos vários níveis para a Aliança e Estados-membros, que terão que responder com estratégias claras e abrangentes.

**Palavras-chave:** Ameaças Híbridas; Cooperação; Desafios; Guerra; Guerra Híbrida; NATO.

### **Abstract**

*The last few decades have brought to debate the changes in the character of contemporary warfare. The aim of this study is to perform an analysis of the concept of what many theorists refer to as hybrid warfare.*

*Despite the phenomenon of hybrid warfare is not new, as we argue in this analysis, the rise of this concept has come to represent in itself an added difficulty for the security-based environment, and more specifically for planning and response to make to combat future hybrid threats by Alliance.*

*This “new” form of warfare, based on the theory of hybrid warfare, encompasses a unique combination of hybrid threats (failed states and non-state actors supported by states), exploiting a combination of challenges, employing all forms of warfare tactics and more often simultaneously. It is essential that we understand these changing characteristics, their nature, their relationship and their story to an approximate understanding of the phenomenon.*

*Although throughout history many examples of wars fall under this characterization, we will examine in greater depth the thought and hybrid model warfare conducted by Russia’s annexation of Crimea and intervention in eastern Ukraine in 2014.*

*This hybrid warfare is a clear challenge to the various levels of the Alliance and member states, which will have to respond with clear and comprehensive strategies.*

**Keywords:** Hybrid threats; Cooperation; Challenges; War; Hybrid warfare; NATO.

### **Introdução**

A análise da evolução do fenómeno da guerra sempre cativou os analistas e pensadores, pelas possibilidades de estudo científico que esse exame permite.

Desde o fim da Guerra Fria que o debate sobre a mudança da natureza da guerra fez surgir novos conceitos e tem levado à tomada de posições sobre a distinção entre as guerras do passado, as do presente e do futuro.

Um olhar sobre a evolução das dinâmicas de conflitualidade nas últimas décadas permite-nos perceber uma multiplicidade de realidades e de fenómenos que assentam numa complexidade progressiva. Estamos habituados a ver a guerra como algo que acontece

entre os Estados; no entanto, as guerras atuais envolvem o ator Estado confrontado ou em competição com o emergir de novos atores, num quadro de ameaças difusas e diversificadas e motivados por fatores étnicos, económico-sociais e religiosos, entre outros. Isso acontece em alguns dos atuais conflitos, designados por guerras híbridas, onde potenciais adversários (Estados, grupos patrocinados pelo Estado, ou atores autofinanciados) exploram o acesso a capacidades militares modernas.

A ascensão verificada nos últimos anos do conceito e temática da guerra híbrida não representa o fim da guerra tradicional e convencional e das agressões clássicas. Mas ele apresenta uma nova dificuldade no processo de decisão e na coordenação da resposta, que transcende o campo exclusivamente militar em termos de competências e atribuições.

Consideramos essencial que as nações e as organizações internacionais com responsabilidades na segurança e defesa desenvolvam uma interpretação consensual, em ligação com os seus parceiros, e revejam e refinem os elementos potenciais de guerra híbrida para lidar com o carácter transformacional e “hibridização” da guerra, criando uma nova mentalidade que permita responder de forma eficaz a estas ameaças.

Neste estudo propomo-nos efetuar uma análise da teoria e mentalidade das “novas guerras”, com enfoque no fenómeno da guerra híbrida, procurando evidenciar aquilo que a distingue e quais os desafios específicos que se colocam com esta nova forma de fazer a guerra, tendo como pergunta de partida: Quais os desafios específicos que se colocam ao ambiente de segurança internacional e à condução das operações militares pela utilização da guerra híbrida por parte de um adversário? O ensaio foi elaborado segundo um método indutivo, com carácter prospetivo e está organizado em duas partes que sintetizam o resultado do estudo. Na primeira parte efetuamos uma análise da evolução do fenómeno da guerra e do conceito de “novas guerras” e na segunda parte caracterizamos as ameaças híbridas, analisamos a guerra híbrida conduzida pela Rússia na anexação da Crimeia e intervenção no leste da Ucrânia e efetuamos uma análise aos desafios colocados por esta nova forma de fazer a guerra.

## 1. A Transformação da Guerra

Alguns teorizadores e pensadores militares internacionais, como William Lind, John Schmitt, e T. Hammes, compartimentalizam a evolução dos conflitos armados, a partir do século XVIII, em períodos distintos que, podem assim ser divididos em quatro gerações (Pinheiro, 2010, p. 67):

- “Guerras de Primeira Geração” (G1G), que ocorreram após a “Paz de Vestefália”<sup>1</sup>, onde a guerra se caracterizou pelo emprego predominante do “Princípio da Massa”<sup>2</sup> e que terminou com as campanhas napoleónicas;

<sup>1</sup> Acordo assinado em 1648 que permitiu o nascimento das relações internacionais entre Estados soberanos, tal como são entendidas na atualidade.

<sup>2</sup> Grandes efetivos organizados em rígidas formações massificadas.

- “Guerras de Segunda Geração” (G2G), baseadas no emprego intensivo do “apoio de fogo”, particularmente de artilharia e metralhadoras pesadas e, no atrito entre as forças. Culminou com a Primeira Guerra Mundial (IGM);
- “Guerras de Terceira Geração” (G3G), dominada pela “manobra” e caracterizada pela “*blitzkrieg*”<sup>3</sup> alemã na Segunda Guerra Mundial (IIGM). Até aqui os protagonistas dos diferentes cenários eram, predominantemente, os Estados;
- “Guerras de Quarta Geração” (G4G), que são resultantes de uma evolução que visa tirar vantagem das mudanças política, social, económica e tecnológica vividas desde a IIGM.

As guerras dos séculos XVIII e XIX surgiram com o nacionalismo, que conferia à entidade nação uma posição de destaque na hierarquia de valores. Esta tendência em atribuir uma excessiva importância ao valor da nação, levou a uma centralização de poder e à criação de um monopólio da força dentro dos Estados, com as guerras sujeitas a códigos rígidos de conduta, onde existia uma separação entre combatentes e civis e a vitória implicava a rendição do inimigo (Garcia, 2009, p. 113). Eram as denominadas guerras entre soldados profissionais. Nas guerras da Revolução e do Império, os exércitos passaram a ser constituídos com base no conceito de conscrição (guerra de massas) e o objetivo central da batalha passou a ser a aniquilação do inimigo, “através de um cuidadoso equilíbrio de meios e resultados, esforços e obstáculos” (Smith, 2005, p. 56). Napoleão compreendeu o que podia ser conseguido com a força<sup>4</sup> concentrada do Estado. “O *continuum* e a combinação da visão de Napoleão, da reforma militar prussiana e da visão teórica de Clausewitz, estabeleceram indubitavelmente a estrutura para as novas formas de forças e para a aplicação da força” (Smith, 2005, p. 86). No fim da guerra Franco-Prussiana o paradigma da guerra industrial entre Estados estava quase completo, a indústria e a tecnologia tornaram as armas cada vez mais destrutivas e muitos aspetos da guerra haviam sido completamente alterados. A guerra industrial<sup>5</sup> entre os Estados foi utilizada como um instrumento de criação e preservação de nações, na procura de vitórias decisivas através dela, revelando extrema utilidade (Smith, 2005, p. 139).

Com a IGM, a tecnologia aliada à emergência de nacionalismos atenuou a fronteira entre o mundo militar e o civil. Os objetivos estratégicos deixaram de estar relacionados apenas com o alcançar de vitórias decisivas no campo de batalha e passaram a incluir objetivos não militares. Verificou-se também a introdução das dimensões aérea e naval e deu-se um aumento do número de vítimas civis resultantes da guerra (Garcia, 2009, p. 114). Esta foi a guerra do paradigma industrial entre Estados. Os beligerantes tomaram cada vez mais como alvo principal a capacidade e a vontade adversárias de fazer a guerra. Como refere Rupert Smith (2005, p. 180), “o paradigma da guerra industrial entre os Estados tomou o povo por alvo” e o

<sup>3</sup> Tática utilizada pelas forças germânicas na IIGM caracterizada por ataques de surpresa extremamente rápidos com apoio aéreo (guerra relâmpago).

<sup>4</sup> Como decisiva, total e enquadrada na trindade governo-povo-militares (Smith, 2005, p. 86).

<sup>5</sup> Com os seus elementos centrais: massa, indústria e força.

campo de batalha foi alargado a todas as áreas do Estado. A guerra foi uma guerra de massas e foi decidida pela utilização maciça do poder para desgastar o adversário.

Com o fim da IIGM, a própria guerra assumiu novos contornos geográficos e tecnológicos, marcados pela rivalidade do mundo em equilíbrio bipolar. A força militar passou a ser utilizada como instrumento de dissuasão (Garcia & Saraiva, 2004, p. 105). Passou a verificar-se o pressuposto da ameaça de um conflito nuclear de proporções devastadoras – Guerra Fria – que levou à instauração de um clima de terror, potenciado pelo crescente avanço tecnológico (Nunes, 1996, p. 150). A utilização e desenvolvimento de armas de destruição maciça (ADM) viria a alterar a forma como se pensava na guerra e no confronto entre Estados desenvolvidos. Este confronto viria a fornecer a estrutura para um tipo de conflitos resultantes do fim dos impérios coloniais e a fazer emergir um novo modelo de conflito da guerra entre o povo, constituindo-se a Emergência da Malásia (1948-60), a Guerra do Vietname (1955-75) e a Guerra da Argélia (1954-62) como exemplos paradigmáticos. A descolonização forneceu o cenário para os conflitos paralelos que eclodiram durante o confronto da Guerra Fria (Smith, 2005, p. 246 e 267).

Desde o final da IIGM que os poderes ocidentais se têm defrontado com sucesso face a adversários que utilizavam as mesmas armas, métodos e forma de pensar. Os conflitos da Guerra dos Seis Dias (1967) e das Guerras do Golfo (em 1991 e 2003) vêm demonstrar a superioridade ocidental (Barroso, 2012, p. 19). Com a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética no final da década de oitenta, a conjuntura internacional sofreu profundas alterações e parecia ser um indicador da supremacia ocidental (Telo, 2002, p. 222). A realidade subsequente traduziu-se no surgimento de novos movimentos ou ações insurrecionais distintos dos anteriores, cuja violência passa a ser assimétrica<sup>6</sup> permanente, sem uma origem definida e, que pode surgir em qualquer lugar. As atuações insurrecionais com alcance global, deram lugar às guerras de pacificação de territórios coloniais ou de insurreições do século XIX e XX (Reis, 2012, p. 39).

T. Hammes (2006, p. 2) refere que as G4G usam todas as redes disponíveis – política, económica, social, e militar – para convencer o decisor político adversário de que os seus objetivos estratégicos são inatingíveis ou representam um custo demasiado elevado em função dos benefícios, apelidando-as de “forma evoluída de insurgência”, não com o objetivo de derrotar as forças militares adversárias, mas destruir a sua vontade de combater. As grandes mudanças na evolução do fenómeno da guerra ao longo do espectro da atividade humana resultou da mudança de uma sociedade industrial para uma de informação. É necessário que se verifique uma mudança ao longo de todo o espectro da sociedade para que sejam criadas as condições necessárias para grandes mudanças na guerra (Hammes, 2006, p. 31). No entanto, uma grande maioria das guerras na atualidade continua a ter a sua origem em causas tradicionais como a etnia, a religião e a luta pelo território.

---

<sup>6</sup> Que envolve uma ameaça às vulnerabilidades detetadas num dispositivo inimigo, com potencial significativamente superior. As partes em confronto reagem a formas de atuação distintas (Português, 2005).

As subversões no Afeganistão (após 2011) e no Iraque (após 2003) e os conflitos no Ruanda (1990), nos Balcãs (1991) e na Somália (2009) vieram trazer novas variáveis ao problema do fenômeno da guerra, perante a incapacidade de as forças militares mais poderosas do mundo não conseguirem derrotar milícias inferiores, com armamento rudimentar. Desde logo diversos observadores concluíram das mudanças na natureza da guerra e da necessidade de adaptação das forças militares ocidentais aos paradigmas das “novas guerras” (Schurman, 2011, p. 47).

### **a. As “Novas Guerras”**

São inúmeros os critérios de abordagem e de classificação do fenômeno da guerra, no entanto, é comum classificá-las como regulares ou convencionais e irregulares ou não convencionais. As regulares são aquelas que obedecem ao modelo clausewitziano, enquanto nas irregulares os principais atores deixam de ser os Estados e as suas Forças Armadas (FFAA). Estas últimas são travadas por atores não estatais, alguns deles total ou parcialmente armados (Garcia, 2009, p. 116), que desafiam os próprios Estados e que se caracterizam como infranacionais (clãs, etnias, minorias que contestam a autoridade estatal), transnacionais (empresas multinacionais, grupos de acção humanitária, movimentos religiosos) e supranacionais (organizações internacionais e regionais).

Martin Van Creveld, no seu livro *The Transformation of war* (Creveld, 1991) diz-nos que a forma de fazer a guerra esta a ser alterada, dado que a guerra convencional será substituída, com o tempo, pelos Conflitos de Baixa Intensidade<sup>7</sup> e, por isso, toda a estratégia de emprego de forças tem de ser repensada. As guerras de libertação têm evidenciado que o mais fraco pode impor a sua vontade contra o mais forte (Record, 2007, p. 131).

Proença Garcia (2010, p. 84) faz referência a Mary Kaldor<sup>8</sup> como uma das principais autoras deste novo conceito de guerra, caracterizado-o “como uma mistura de guerra, crime organizado e violência massiva dos Direitos Humanos...”.

A nova conflitualidade é marcada pela exigência de contenção da força, versus o aumento da capacidade de destruição dos armamentos, pela baixa probabilidade de grandes conflitos entre grandes potências, pelo aumento dos conflitos intraestatais<sup>9</sup>, pela tendência para a fragmentação e diluição do poder do Estado e pelo crescimento das ameaças, traduzidas em ações violentas não convencionais. Entre elas, referimos as de carácter político-estratégico e as sociopolíticas, (Lousada & Escorrega, 2010, p. 1203), mas destacaríamos as ameaças híbridas, constituídas por elementos regulares, irregulares e criminais, trabalhando sinergicamente para alcançar o mesmo Estado final. Estas ameaças não são limitadas a atores não estatais,

---

<sup>7</sup> Traduzido do inglês *Low Intensity Conflict* (LIC). São conflitos que incluem o uso da força, mas excluem a guerra convencional com frentes de batalha definidas e compromissos sustentados (DA, 1990, pp. 1-1).

<sup>8</sup> Mary Kaldor é professora de *Global Governance* e diretora da *Civil Society and Human Security Research Unit* da London School of Economics, e um dos autores mais relevantes que propõe um novo tipo de guerras.

<sup>9</sup> Entre 2000 e 2009 só três conflitos foram entre Estados (Eritreia-Etiópia, Índia-Paquistão e Iraque contra os EUA e seus aliados), o que confirma a tendência de que as guerras são internas devido, em parte, à capacidade da comunidade internacional para prevenir e gerir conflitos entre Estados (Aguirre, 2011-2012, p. 56).

podendo os Estados transformar as suas unidades convencionais em formações irregulares e adotar novas táticas, constituindo-se como exemplos a atuação dos “*fedayeen*” iraquianos (organização paramilitar) em 2003, e mais recentemente os russos, com a utilização de tropas sem uniformes nacionais – os designados “*little green men*” – na campanha da Ucrânia, em 2014. A dificuldade reside em identifica-la, entendê-la e combatê-la.

Nesta nova conflitualidade, os conflitos tendem para uma extraterritorialidade<sup>10</sup>, as intervenções passam a ser multilaterais, como aconteceu no Iraque com intervenções a favor do Governo e outras a favor dos insurgentes. Os objetivos pelos quais se combate são múltiplos e sobrepostos (e não apenas o tomar e manter o poder), o domínio informacional é vital para o conflito e a visibilidade na opinião pública passou a constituir-se como objetivo central de muitas operações, no sentido de influenciar essa mesma opinião pública. O rosto da guerra assumiu desconcertantes expressões. Houve uma transformação significativa nos conflitos armados.

### **b. A Mentalidade das “Novas Guerras”**

As “novas guerras” incluem cada vez mais atores não estatais e menos Estados, num quadro de ameaças difuso, onde os conflitos muitas vezes não visam fins políticos. O Estado não mais detém exclusivamente a prerrogativa do monopólio do uso da força, mas a sua implementação continua a resultar predominantemente de considerações de natureza política.

Ao analisarmos o passado recente da guerra verificamos a existência de vários exemplos que demonstram a supremacia daqueles que possuíam meios mais modernos e eficientes, de que são exemplo a Guerra do Kosovo, pela diferença tecnológica entre as forças da Aliança e da Jugoslávia e, a Guerra do Golfo de 1991 (Jerónimo & Álvares, 2003, p. 159). Nos atuais conflitos o sucesso já não reside na capacidade de destruição do oponente, mas na capacidade de retirar o apoio popular dos oponentes, isolando-o dos apoios de que necessita. Só assim conseguimos entender o que leva a superioridade militar convencional a não ser eficaz em guerras civis ou de contrainsurgência (COIN) (Schurman, 2011, p. 47).

Entre os defensores das “novas guerras” prevalece o conceito de que as características fundamentais das guerras estão sujeitas a mudanças, em oposição ao modelo de Clausewitz. Os argumentos apresentados referem a desatualização da conjugação do conceito de guerra absoluta<sup>11</sup> com o conceito trinitário da guerra e a sua utilização como instrumento da política.<sup>12</sup>

Martin Van Creveld (1998, p. 251) refere que “no futuro a guerra não será função dos exércitos, mas de grupos, terroristas, guerrilheiros, bandidos...” e defende a obsolescência

<sup>10</sup> Definida pelo envolvimento de organizações sem características territoriais marcantes num conflito particular dentro das fronteiras de um único Estado, transformando-o numa parte de uma disputa mais geral.

<sup>11</sup> Da sua definição de que “a guerra é um acto de violência destinado a forçar o adversário a aceitar a nossa vontade», Clausewitz deduz que a guerra consiste numa série de ações recíprocas entre dois adversários, levadas aos extremos, ou seja, a tomar a sua forma absoluta, em consequência da dialética da luta (Couto, 1988, p. 148).

<sup>12</sup> De Clausewitz: a guerra não é outra coisa senão a continuação da política; é também uma surpreendente trindade primária: violência, acaso e finalidade. O primeiro destes três aspetos interessa particularmente ao povo, o segundo ao comandante e seu exército, e o terceiro ao governo (Clausewitz, 1976, p. 65 e 89).

atual da trindade de Clausewitz. Rupert Smith (2005, p. 21) considera que a guerra, “como um grande evento decisivo numa disputa internacional, já não existe” e que com as “novas guerras” se verificou uma mudança de paradigma, da guerra industrial entre Estados para a guerra no seio do povo, de “confronto estratégico entre uma variada gama de combatentes”. Podemos, no entanto, verificar que continuam a existir guerras onde se verificam ambos os paradigmas ou uma evolução entre eles, como é o caso do conflito israelo-árabe, que incorporou a guerra industrial e a guerra entre os povos, da guerra do Iraque que evoluiu de uma guerra clássica, industrial e clausewitziana, em 2003, para um conflito complexo característico das “novas guerras” e do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, em 2014, caracterizada como guerra híbrida. Na guerra atual e contrariando o paradigma anterior, o indivíduo combate o Estado-Nação fora da sua estrutura (exemplo do terrorismo) (Smith, 2005, p. 353).

Embora a realidade da guerra tenha sofrido alterações constantes, as mudanças ocorridas estão mais relacionadas com fatores contextuais do que fundamentais, ou seja, as partes em guerra, os seus objetivos e as armas empregues (Freedman cit. por Schurman, 2011, p. 49). Schurmann refere ainda que nenhum dos atores nos conflitos armados, passados ou atuais, foi capaz de escapar às influências do acaso e da sorte de Clausewitz e, que todas as guerras, apesar da forma, são moldadas pela interação entre os eternos elementos da paradoxal trindade (Schurman, 2011, p. 54). A própria natureza da guerra é o elemento mais firme de continuidade.

Algumas das alterações na guerra ocorreram dentro dos elementos de continuidade, como por exemplo, quando olhamos para o caso da guerra como um ato político, cuja expressão como processo (porque é que os homens combatem) é muito dinâmica. Quanto à mudança na conduta da guerra ela tende a ocorrer em duas categorias principais: dentro da primeira, na forma como as guerras são travadas (método) e, na segunda, com o que é que elas são travadas (meios). Como refere Barroso (2012, p. 25), “no final as novas guerras são as “guerras antigas”, combatidas de acordo com fatores e circunstâncias que caracterizam as sociedades, às quais os contendores se adaptam para impor a sua vontade”.

## **2. A Guerra Híbrida**

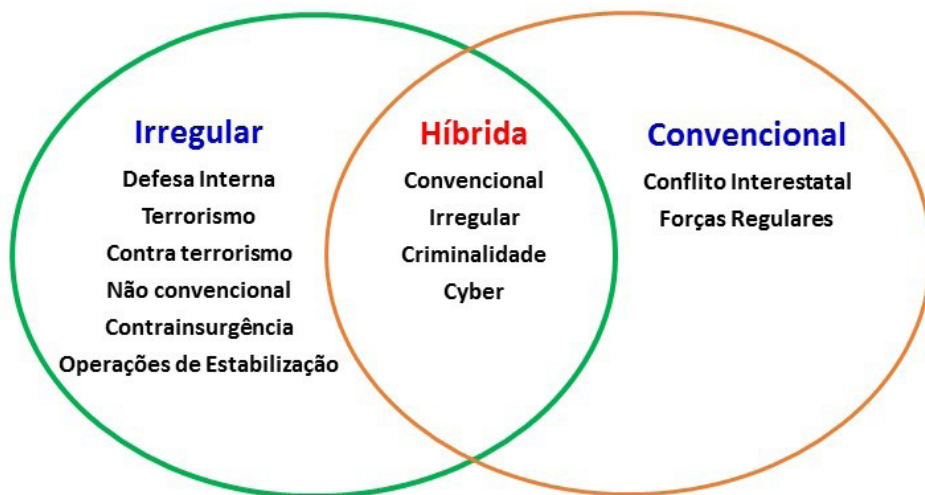
Este conceito apareceu no início do séc. XXI, quando as potências militares ocidentais se viram envolvidas em ambientes operacionais complexos e desafiantes, como o Afeganistão e o Iraque, e os teorizadores militares tentaram entender melhor o seu desenvolvimento, incluindo a natureza da conduta da guerra nestes conflitos. No entanto, esta temática ganhou importância com a anexação da Crimeia e a intervenção militar russa no leste da Ucrânia, que levou a NATO a classificá-la como uma abordagem híbrida à guerra e a atribuir-lhe uma elevada importância na preparação do combate às futuras ameaças da Aliança. O termo foi alvo de referências na Declaração Final da Cimeira de Gales, em 2014, reafirmando os chefes de Estado e de Governo a necessidade de a Aliança estar efetivamente preparada para fazer face aos desafios específicos colocados pelas ameaças da guerra híbrida, onde uma vasta gama de medidas militares cobertas e encobertas, paramilitares e civis eram empregues num enquadramento integrado elevado (NATO, 2014).



O termo guerra híbrida apareceu, pelo menos, já em 2005, e foi posteriormente usado para descrever a estratégia utilizada pelo Hezbollah na guerra do Líbano de 2006 (segunda guerra do Líbano), que combinava táticas e capacidades de guerra convencionais com operações de guerrilha e atividades criminosas, anulando a superioridade tecnológica das Forças de Defesa Israelitas. Mais recentemente, este tipo de atuação tem sido atribuído ao denominado Estado Islâmico, desde 2013, pelo uso sinérgico de operações militares convencionais com terrorismo, crime organizado, guerra cibernética, etc.

De uma maneira geral, no âmbito dos estudos da guerra, podemos definir o termo híbrido como uma combinação de meios convencionais e não-convencionais (ou irregulares). A guerra híbrida é ainda comumente entendida como aquela que combina métodos convencionais e não convencionais, através quer do uso da componente regular, quer da irregular (Figura nº 1).

Se existe algum consenso quanto às características da guerra híbrida, ele já não existe quanto à novidade desta forma de conflito. Muitos teorizadores referem que este não é um fenómeno novo, existindo vários casos de guerras no passado que demonstram a utilização das estratégias que caracterizam este tipo de guerra: a guerra da Revolução Americana (1775-83), com a participação e envolvimento de milícias populares, para além do Exército Continental, e a guerra do Vietname, com a sincronização das operações entre o Exército Regular Norte-Vietnamita (com as capacidades mais convencionais) e a força irregular vietcongue (táticas irregulares), a fim de sustentar um longo conflito contra as forças convencionais superiores da França e dos Estados Unidos. A mistura de meios regulares e irregulares também foi prevalente na guerra do Iraque em 2003, mais um indicador da natureza adaptativa da ameaça.



**Figura 1 – Modelo Concetual de Guerra Híbrida**

Fonte: Adaptado de (U.S. Government Accountability Office, 2010, p. 16).

Contudo, o uso do termo e o estudo da guerra híbrida é recente, com o 11 de setembro e a guerra entre Israel e o Líbano, em 2006, a contribuírem para o desenvolvimento dos estudos sobre este tema, enfatizando particularmente a dimensão assimétrica do fenómeno.

O militar e analista americano Frank Hoffman desempenhou um papel importante no desenvolvimento das teorias da guerra híbrida. Hoffman, no seu famoso artigo *Conflict in the 21st century: The Rise of Hybrid Wars* (2007, p. 14) refere que as guerras híbridas incorporam uma gama de diferentes modos de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas incluindo violência e coerção indiscriminadas e desordem criminal. Enquanto anteriormente as componentes regular e irregular dos conflitos ocorriam em diferentes teatros e diferentes formações, no caso da guerra híbrida, estas forças tornaram-se indistintas na mesma força e no mesmo campo de batalha, com a componente irregular muitas vezes a tornar-se operacionalmente decisiva.

Nas guerras híbridas, um dos principais objetivos é destabilizar os governos oponentes e as suas instituições, criando o caos e um vazio de poder. (Blum, et al., 2015).

Através de um documento do *European External Action Service (Countering hybrid threats, food-for-thought paper)*, de maio de 2015, a UE caraterizou a guerra híbrida como o uso centralmente concebido e controlado de várias táticas encobertas e abertas, decretadas por meios militares e não-militares, que vão desde operações de informações e cibernéticas através de pressão económica para o uso de forças convencionais (European External Action Service, 2015, p. 2).

Apesar de o conceito não ser consensual e novo, e de não enfrentarmos um alargamento do número de desafios distintos, eles convergem para uma nova maneira de fazer a guerra. Estas guerras híbridas misturam a letalidade do conflito de Estado com o fervor fanático e prolongado da guerra irregular.

### **a. As ameaças híbridas**

O termo híbrido tem sido utilizado para evidenciar a aparente maior complexidade da guerra, a multiplicidade de atores envolvidos, e a indefinição entre as categorias tradicionais de conflito. A NATO define o conceito de ameaça híbrida<sup>13</sup> como aquela que é colocada por um adversário atual ou potencial, incluindo Estados, não-Estados e terroristas, com a capacidade, demonstrada ou provável para, simultaneamente, empregar meios convencionais e não-convencionais de forma adaptativa, em busca dos seus objetivos (U.S. Government Accountability Office, 2010, p. 15).

Na avaliação da NATO, e de acordo com o *capstone concept*<sup>14</sup> *Military contribution to countering hybrid threats*, de agosto de 2010, a Aliança define uma abordagem geral para

---

<sup>13</sup> Esta definição foi aprovada pelo NATO *Military Working Group (Strategic Planning & Concepts)*, em fevereiro de 2010.

<sup>14</sup> *Capstone concept* é um conceito abrangente, com o objetivo de liderar o desenvolvimento e emprego de forças, fornecendo uma ampla descrição de como operar em parcelas significativas do espetro de operações e descrevendo o que é necessário para atingir os objetivos estratégicos.

lidar com as ameaças híbridas, bem como um enquadramento que permite à organização desenvolver respostas eficazes a este desafio. As ameaças híbridas envolvem adversários (incluindo Estados, Estados vilões<sup>15</sup>, atores não-estatais ou organizações terroristas), que podem empregar uma combinação de ações num ambiente operacional cada vez mais sem restrições, a fim de atingir os seus objetivos (NATO, 2010, p. 2).

Ainda de acordo com este enquadramento efetuado pela Aliança, as ameaças híbridas são caracterizadas por “indivíduos e grupos interconectados” que possuem as seguintes características:

- Utilizam eficazmente as novas tecnologias de comunicação para fins de intercâmbio de informações e colaboração;
- Reconhecem o valor da importância estratégica do ciclo de informação dos media internacionais e exploram-no para atingir os seus fins particulares;
- Empregam meios e táticas diversas, utilizando meios não-letais e uma fusão de meios letais e modos criminais de operação, apoiadas por operações de informação e organizações empresariais legítimas;
- Exploram de forma hábil as diferentes interpretações e restrições nacionais do direito internacional e das leis da guerra, procurando colocar em desvantagem os adversários, quer estrategicamente, quer taticamente (NATO, 2010, p. 3).

A *U.S. Army Training Circular (TC) 7-100* (U.S. Army, 2010, pp. 15-16) define as ameaças híbridas como uma combinação dinâmica de forças regulares, irregulares<sup>16</sup> e que podem incluir ainda elementos criminais, que operam articulados com estas forças, trabalhando em conjunto para atingir objetivos comuns.

Esta ameaça utiliza assim vários meios para fazer a guerra, com recurso muitas vezes, e de forma exclusiva, a táticas irregulares, contrariamente aquilo que acontecia nas guerras do passado, em que estas táticas apareciam como complemento da componente convencional. Estas ameaças híbridas podem envolver adversários como o Estado-nação, que emprega formas prolongadas de guerra, possivelmente fazendo uso de partes terceiras (*proxy forces*)<sup>17</sup> para coagir e intimidar, ou atores não-estatais que usam conceitos operacionais e todos os recursos à sua disposição, recursos esses que eram exclusivos dos Estados-nação (U.S. Army, 2011, p. 4).

Podemos verificar a existência desses elementos no conflito que opôs Israel à organização política paramilitar Hezbollah, na segunda guerra do Líbano, em 2006, na anexação da Crimeia

---

<sup>15</sup> É um termo controverso empregue por alguns teóricos para designar os Estados que representam uma ameaça à paz mundial.

<sup>16</sup> Consideradas como forças paramilitares, diferentes das forças regulares, mas semelhante a elas na organização, equipamento, treino ou missão e constituídas por insurgentes, terroristas, guerrilheiros, mercenários, etc.

<sup>17</sup> O conceito de *proxy forces*, designadas por forças de “substituição” ou “procuração” diz respeito ao empenhamento indireto de um Estado, através da utilização de um terceiro elemento/ator sobre outro Estado, para conduzir operações subversivas em seu proveito. O uso de *proxies* não é novo; durante a Guerra Fria as superpotências fizeram uso de tais forças, a fim de atingir os seus objetivos estratégicos, sem se envolver diretamente.

pela Rússia e no conflito no leste da Ucrânia, em 2014 e, mais recentemente, na atuação do designado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL)<sup>18</sup> com a atuação na Síria e no Iraque, com o emprego de forma sinérgica de operações, armamento e táticas convencionais juntamente com terrorismo, crime organizado, propaganda, ataques cibernéticos, etc.

Em 2006, as Forças de Defesa de Israel estavam no meio de uma transição organizacional e doutrinária longe de uma visão simétrica da guerra e com uma visão assimétrica focada nos conflitos de baixa intensidade e terrorismo. Quando a segunda guerra do Líbano começou, as Forças de Defesa de Israel foram confrontadas com os desafios do difícil terreno no Líbano e por uma força de combate do Hezbollah bem armada e bem treinada, com um arsenal de armas típicas dos exércitos convencionais, como mísseis anticarro, capacidades de defesa aérea sofisticadas, mísseis superfície-superfície e mísseis foguete de curto e médio alcance. As forças do Hezbollah receberam treino extensivo no Líbano, na Síria e no Irão, constituíram unidades para conduzir operações descentralizadas e aprenderam a misturar táticas de guerrilha com táticas militares convencionais, guerra psicológica, terrorismo, atividades criminosas e armas para criar um conceito inovador e defender o sul do Líbano de uma incursão de Israel (Rogers, 2012, p. 46). O Hezbollah demonstrou uma série de capacidades militares do tipo Estado e exemplificou a força híbrida protótipo, como designada por Frank Hoffman, que serve como precursor de como a guerra híbrida pode colocar à prova os fundamentos de um poder superior e explorar as suas vulnerabilidades. O Hezbollah foi capaz de explorar os efeitos políticos das suas ações táticas limitadas, ampliados pelos media. Israel frequentemente subestimou a capacidade de combater e de se adaptar ao ambiente operacional em mudança do Hezbollah, e perdeu a batalha estratégica das percepções. Apercebendo-se da sua dimensão, o Hezbollah empreendeu uma estratégia de coerção ao nível estratégico, empregando uma abordagem operacional que combinava táticas convencionais com irregulares, usando as suas forças para moldar o ambiente operacional e impedir uma vitória clara e decisiva de Israel (Davis Jr., 2013, pp. 22-24).

Da mesma forma, o EIIL é considerado como um ator não estatal poderoso com capacidade para conquistar território e fazer uso de meios convencionais e não convencionais, encaixando naquilo que definimos como uma ameaça híbrida. Esta ameaça apresenta a capacidade para empregar uma vasta gama de atividades que vão desde o terrorismo, as táticas irregulares, guerra de informação até à geração, projeção, condução e sustentação de meios e ações convencionais típicas de forças regulares, de forma sinérgica, no sentido de explorar as vulnerabilidades dos seus oponentes. Esta capacidade foi já demonstrada com a sua atuação no Iraque, com manobras e armamento caracterizadas por um poder de fogo convencional robusto, que lhe permitiu conquistar terreno e atingir os seus objetivos (NATO, 2015a, pp. 7-8).

Estas atuações são características de uma ameaça híbrida, procurando empregar de forma combinada as melhores capacidades das forças regulares e irregulares em seu proveito, e sendo capaz de efetuar uma rápida transição entre as operações e as táticas que abrangem o espectro das operações. Como refere John Davis na sua monografia de definição de uma

---

<sup>18</sup> Também designado pelo acrónimo árabe *Daesh*.

mentalidade híbrida (2014, p. 68), uma das características mais significativas de uma ameaça híbrida consiste na sua constante adaptação às condições em mudança do ambiente operacional, graças à versatilidade e simultaneidade que demonstram no emprego dos meios e diferentes formas de fazer a guerra.

Esta ameaça é inovadora, adaptativa, globalmente conectada em rede e opera localmente, no seio do ambiente operacional onde a população e o caos se encontram. Têm inclusive acesso a uma vasta gama de tecnologias avançadas, incluindo a possibilidade de armas de destruição maciça (U.S. Army, 2010, pp. 1-1). A letalidade e sofisticação dos atores não-estatais, adicionada à sua capacidade de persistir e prolongar o conflito, assim como de desafiar o Estado moderno é um fator novo para o nosso tempo.

Desta análise podemos inferir que a guerra híbrida combina, desta forma, meios convencionais, irregulares e assimétricos, incluindo a persistente manipulação política e ideológica do conflito, tal como se verificou no conflito entre a Rússia e a Geórgia, em 2008, e no conflito no leste da Ucrânia, em 2014, e pode combinar, em última análise, operações especiais e forças convencionais, agentes de informação, agitadores políticos, manipulação dos media e guerra de informação, pressão económica, ataques cibernéticos, uso de *proxies*, forças paramilitares, terroristas e grupos criminosos (Figura nº 2). Na moderna guerra híbrida as componentes regular e irregular deixam de estar aplicadas em áreas diferentes do conflito, como esforços distintos e passam a estar combinadas de forma simultânea num único domínio. Os oponentes híbridos, em contraste, procuram a vitória através da fusão de táticas irregulares e dos meios mais letais disponíveis, de modo a atacar e atingir os seus objetivos políticos (Hoffman, 2007, pp. 29-30).



**Figura 2 – Guerra Híbrida**

Fonte: Adaptado de (Government of Singapore, 2015).

A complexidade do atual ambiente operacional é representada não só pela importância do controle geográfico das áreas urbanas, mas também pela importância do controle de novas áreas não geográficas, como o ciberespaço. Estas ações evidenciaram-se com os ciberataques levados a cabo pela Rússia contra o governo e o sistema bancário da Estónia<sup>19</sup>, em 2008, contra a Geórgia, em 2008 e contra a Ucrânia, em 2014 (Huovinen, 2011, p. 37).

A vantagem que a ameaça híbrida procura obter sobre o seu oponente convencional não se limita apenas ao instrumento de poder militar, mas procura atingir de forma sinérgica todos os outros elementos de poder do adversário: diplomático, informacional e económico. A ameaça procura explorar e saturar o ambiente operacional, criando uma série de efeitos que vão de encontro às suas intenções e que forçam o oponente a reagir em diversas frentes e ao longo de várias linhas de operações, causando a sua paralisação (U.S. Army, 2010, pp. 1-2).

Uma campanha contra um adversário desta natureza exige paciência e o eventual controle da população. Existem numerosos exemplos no passado em que atores tecnologicamente superiores não conseguiram alcançar vitórias claras e decisivas. Frank Hoffman (2009, pp. 34-37) refere que o carácter evolutivo do conflito atual é caracterizado pela “convergência” entre os modos de fazer a guerra, e que esta por sua vez inclui a física e psicológica, a cinética e não cinética e os combatentes e não combatentes. Não combatemos um maior número de desafios distintos, mas a sua convergência em guerras híbridas.

## **b. A Guerra Híbrida Russa**

A problemática da guerra híbrida tornou-se um assunto central na primeira linha do debate securitário para o mundo ocidental, e principalmente para a NATO, após a crise de 2014 entre a Rússia e a Ucrânia. Esta preocupação ficou patente na Cimeira de Gales, realizada no decorrer da crise, onde os chefes de Estado condenaram a escalada da Rússia e a intervenção ilegal na Ucrânia, como uma violação da lei internacional e um desafio à segurança euro-atlântica (NATO, 2014).

Em inícios de 2014, e à medida que a revolta de “Maidan”<sup>20</sup> se ia desenrolando, a Rússia recusou reconhecer o novo governo interino da Ucrânia, que assinou um acordo de associação com a UE, e começou a intervir mais diretamente no leste da Ucrânia, efetuando uma série de incursões no seu território e aproveitando o apoio de movimentos separatistas pró-russos e anti governo na região de Donbass<sup>21</sup>, de que resultou a invasão da península da Crimeia e uma guerra com o governo ucraniano. Em fevereiro de 2014, a Rússia conduziu um importante exercício de prontidão militar junto à fronteira ocidental, que se constituiu numa manobra de diversão militar efetiva, desviando a atenção para aquilo que estava a acontecer na Crimeia, usando elementos de forças especiais uniformizados

---

<sup>19</sup> Que coincidiram com divergências entre a Rússia e a Estónia pela deslocalização de um memorial de guerra soviético.

<sup>20</sup> Também, apelidada de Revolução Ucraniana, constitui-se como uma onda de manifestações e agitação civil na Ucrânia, que exigia uma maior integração europeia, com demonstrações anti e pró-Maidan, e que levou à destituição do então Presidente Viktor Yanukovich, que havia ganho as eleições presidenciais em 2010.

<sup>21</sup> Também designada de bacia do Donets, região do extremo leste da Ucrânia.

sem insígnias, e que transportavam armamento e equipamento militar, designados por “*little green men*”, atuando como forças de segurança local, para conquistar e controlar instituições governamentais chave e posteriormente segurar a região com unidades regulares, anexando formalmente a península. A Rússia fez também uso de unidades de forças especiais (*Spetsnaz*<sup>22</sup>) para executar tarefas de operações especiais nas cidades e províncias da região, estabelecendo e controlando unidades insurgentes que atuavam em prol das intenções russas. Estas ações na Crimeia foram baseadas principalmente na guerra irregular, uma das componentes da guerra híbrida, caracterizada como “uma luta violenta travada entre um Estado e atores não-Estado pela legitimidade e influência sobre uma população e um território. Este tipo de conflito caracteriza-se pelas atividades predominantes serem a subversão, a contrassubversão e a existência de um ambiente que se denominou por guerra não convencional”. Foi um combate conduzido no seio da população, com a utilização de uma estratégia indireta, cuja finalidade foi esgotar o adversário, a sua vontade de combater, provocar o caos e criar um estado de insegurança tal, que permita tirar partido dessa situação criada (Exército Português, 2012, pp. 2-8:2-9).

As forças governamentais ucranianas empreenderam uma série de ações no sentido de reassegurar o controlo e contrariar os movimentos e ações insurgentes pró-russas nas províncias da região de Donbas, mas em 25 de agosto uma contraofensiva insurgente estagnou a ofensiva das forças governamentais nas cidades de Donetsk e Luhansk. No decorrer do conflito a Rússia lançou uma ofensiva militar na Crimeia, com o movimento intensivo de equipamento e forças regulares de forma discreta e encoberta, chegando mesmo a enviar um suposto “comboio humanitário” para a região de Luhansk, em agosto de 2014, sem o consentimento da Ucrânia (Figura nº 3). Apesar da assinatura do Protocolo de Minsk<sup>23</sup>, em 5 de setembro, e do cessar-fogo discutido em 6 de setembro, entre o presidente russo Vladimir Putin e o presidente ucraniano Poroshenko, este foi violado por diversas vezes. Um segundo pacote de medidas (Minsk II) com vista à manutenção da paz viria a ser assinado, em 11 de fevereiro de 2015, mas as partes continuariam a empreender ações de parte a parte (NATO, 2015a, pp. 5-6).

Foi esta intervenção que levou muitos dos teorizadores a referir que a utilização por parte da Rússia de uma série de táticas híbridas para atingir os objetivos, como a coação política, económica, propaganda e desinformação, ciberataques e ações militares cobertas e encobertas, representaria uma nova e efetiva forma de fazer a guerra. No entanto, a prática de utilização destas táticas pela Rússia no passado já se tinha verificado, como aconteceu com o desenvolvimento da doutrina de dissimulação militar russa, denominada “*Maskirovka*” nos anos vinte do século passado, que incluía medidas ativas e passivas concebidas para enganar o adversário e influenciar o processo de decisão da opinião pública a oeste. Isso verificou-se na tentativa de derrube do governo independente da Estónia, em 1924 e viria a

---

<sup>22</sup> Designação atribuída às forças especiais.

<sup>23</sup> Protocolo assinado em Minsk, na Bielorrússia, entre as partes em conflito para acabar com a guerra, sob os auspícios da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

# Ukraine crisis

Despite the February truce, shooting has continued near the ceasefire line in Ukraine. Russia denies providing any troops or arms to support the rebellion and accuses Kiev of violating the ceasefire.

## KEY:

### Ceasefire withdrawal zones

(Heavy arms were cleared at these distances\* from the ceasefire line)

○ 50 km - For artillery systems of 100mm caliber or more

○ 70 km - For multiple rocket launcher systems

○ 140 km - For tactical missile systems

● Separatists' area of control as of May 14

★ Recent flashpoint\*\*

◆ Russian military presence\*\*

### Border control

— Rebels    — Ukraine

### Check-points control

● Russian separatists    ● Ukrainian forces



Figura 3 – Crise na Ucrânia - Zonas de retirada e cessar-fogo

Fonte: (Baczynska, 2015).

verificar-se na Bulgária e na Alemanha em 1923. Aquando da invasão russa do Afeganistão, em 1979, a Rússia procedeu ao envio de cerca de 700 militares equipados com uniforme afegão para controlar infraestruturas militares e administrativas em Kabul (Maigre, 2015, p. 2). Estas mesmas técnicas e táticas características da guerra híbrida haviam sido utilizadas com sucesso nas campanhas da Chechénia e da Geórgia, verificando-se neste último caso, o envio de reforço de combatentes voluntários por parte da Rússia, a incursão e participação de forças regulares nos ataques principais, as violações dos acordos de cessar-fogo e a negação da participação com forças militares.

Consciente da importância do papel dos media, Moscovo fez uso com sucesso das modernas tecnologias, explorando desta forma a dimensão informacional do conflito e levando a cabo uma campanha de propaganda, quer em termos nacionais, quer internacionais (Blum, et al., 2015, p. 4). Ao fazer uso de uma campanha de propaganda, a Rússia procurou criar narrativas e realidades que funcionassem como multiplicadores de força no conflito, reforçando a sua mensagem interna e externamente, numa tentativa de legitimar as suas ações e manter a



ambiguidade e a dúvida sobre aquilo que de facto estava a acontecer e quais eram as suas verdadeiras intenções (NATO, 2015a, p. 6). Uma análise à campanha de informação russa contra a Ucrânia conclui que: a Rússia estava preparada para conduzir uma nova forma de fazer a guerra na Ucrânia, onde a campanha de informação desempenhou um papel central, que a sua narrativa era baseada na memória histórica, que a crise na Ucrânia era o resultado de uma estratégia de longo prazo da Rússia, que a decepção foi usada como tática para distrair e atrasar e que as campanhas de desinformação se vão desgastando ao longo do tempo, à medida que os factos vão sendo conhecidos (NATO StratCom COE, 2015, pp. 4-5).

Henrik Praks (2015, pp. 1-2) refere que a Rússia continua a recusar o reconhecimento dos Estados Bálticos<sup>24</sup> como países soberanos e como tal, alvos legítimos da sua política expansionista. A Rússia usa a sua dimensão étnica e a presença da etnia russa nestes Estados, sobre o pretexto da necessidade da sua protecção para justificar, internamente e externamente, qualquer intervenção nesses Estados. Da mesma forma, o autor entende que a Rússia pode utilizar esta estratégia como tentativa de demonstrar a inutilidade e incapacidade dos Estados Unidos e por conseguinte da NATO, procurando oportunidades para testar as obrigações do Artigo 5 e enfraquecer a Aliança. Loureiro dos Santos (2015, p. 735) defende que “é provável que Moscovo, invocando a segurança das fortes minorias russas neles existentes, venha a intervir em Estados da sua periferia, como os países bálticos e a Moldávia.”. A Rússia goza de alguma superioridade militar no Báltico, quer face às nações locais, quer face a presença de forças da NATO na região.

É do interesse da Rússia manter a ambiguidade na sua atuação, no sentido de impedir a compreensão e resposta em tempo por parte da Aliança. Muitos teorizadores defendem que estas táticas poderão ser as ferramentas chave que a Rússia irá utilizar no futuro para destabilizar a Aliança e o mundo ocidental, na tentativa de contrapor o seu alargamento aos países de leste, procurando manter a sua esfera de influência junto desses países limítrofes (NATO, 2014, p. 4).

A Rússia via a intervenção na Ucrânia como uma tentativa de travar a interferência dos Estados Unidos e da NATO no desestabilizar das regiões na proximidade das suas fronteiras (NATO, 2015a, p. 6).

A intervenção russa na Ucrânia empregou ações em todos os domínios do ambiente operacional: político, militar, económico, social, informacional e infraestruturas e demonstrou a capacidade da Rússia em coordenar os seus instrumentos de poder a fim de atingir os seus objetivos. Esta operação incluiu o uso com sucesso da subversão, do elemento cibernético, de *proxies*, de intervenções militares convencionais e manobras militares para deter e coagir. Obviamente que Moscovo tirou partido da proximidade geográfica e das vulnerabilidades que o adversário apresentava. Esta situação não se verificou por exemplo na Estónia, onde o Estado controlava a totalidade do território e detinha as capacidades para reagir a um cenário semelhante ao verificado na Ucrânia (Charap, 2015-2016, p. 53).

---

<sup>24</sup> Letónia, Estónia e Lituânia.

Esta análise permite-nos afirmar que o modelo de ameaça híbrida russa se traduz na mistura de diversas capacidades aos vários níveis, tático, operacional e estratégico. Ao nível tático a Rússia empregou forças regulares, irregulares, de operações especiais e táticas com armamento convencional moderno, apoiando de forma dissimulada grupos paramilitares pró-russos, levando-os a executar operações de guerrilha numa campanha não convencional, fazendo uso dos meios cibernéticos, para degradar o poder e influência da Ucrânia, criando o caos e aproveitando de seguida a ausência de controlo. Ao nível operacional conseguiu coordenar estas ações com efetivas campanha de guerra de informação e psicológica, ao mesmo tempo que mobilizava e deslocava formações militares convencionais em manobras de demonstração e decepção. Por outro lado, e de forma encoberta, foi infiltrando meios e forças no território, apoiando a causa rebelde e conduzindo o desenrolar da campanha. Ao nível estratégico, a Rússia utilizou de forma coordenada e sincronizada os seus instrumentos de poder militar, diplomático, económico e informacional de forma a alcançar os seus objetivos (Davis Jr., 2015, pp. 21-23). A Rússia cultiva uma cultura de pensamento estratégico, cuja guerra híbrida é uma forma única de guerra, que permite ao seu sistema militar acentuar as forças e minimizar as fraquezas, mantendo uma “postura convencional em tempo de paz e nuclear”, que lhe permite dispor de todos os elementos para gerar o poder de combate necessário à implementação da sua vontade. Esta compreensão russa da guerra híbrida reflete um “pensamento de contingência convencional e nuclear”, que combina em simultâneo, meios “ambíguos e não ambíguos”, de acordo com uma única estratégia para alcançar os objetivos definidos, mas “composta por uma ou várias operações estratégicas que abrangem todo o espectro de meios e armas disponíveis (Covington, 2016, pp. 11-12).

Richard Weitz (2014) refere que “devido às recentes reformas e a orçamentos aumentados, o poder militar russo é agora uma força mais forte, com capacidades, equipamentos e táticas melhoradas. No entanto, o conflito na Ucrânia demonstrou que a manifestação mais notável do aumento da força militar da Rússia tem sido, não o aumento das suas capacidades convencionais e nucleares, mas sim a melhoria dos seus procedimentos operacionais - a sua estratégia e táticas.”<sup>25</sup>

Embora não exista uma doutrina russa para a guerra híbrida, este termo passou a ser amplamente utilizado pelos media e estrategas, incluindo a NATO, e tornou-se numa nova tendência e pensamento militar para o modo russo de conduzir a guerra. No entanto, este termo já havia sido utilizado anteriormente, nomeadamente num artigo<sup>26</sup> do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Federação Russa, General Valery Gerasimov, em fevereiro de 2013, sobre o pensamento militar russo, onde descreve como os conflitos armados adotaram novos métodos, deixando de fazer sentido o paradigma geopolítico convencional e onde revela a visão da Rússia sobre as novas estratégias de guerra moderna,

---

<sup>25</sup> De referir que a Rússia levou a cabo uma reforma militar iniciada em 2009, com a reorganização da sua estrutura aos vários níveis e da cadeia de comando do exército, a estar completa em 2020.

<sup>26</sup> Escrito para a revista de defesa russa *Military Industrial Kurier*.

designada de “guerra não-linear”<sup>27</sup>. Gerasimov argumenta ainda que as “regras da guerra mudaram, e que os métodos do conflito envolvem o uso alargado de todos os instrumentos de poder ao dispor de um Estado, uma ampla variedade de capacidades e de meios não militares para atingir os objetivos”(Kasapoglu, 2015, p. 3).

### c. Os desafios da Guerra Híbrida

Este não é um conceito novo para a NATO, que já havia lidado anteriormente e com sucesso com ameaças deste tipo, nomeadamente nos Balcãs, em meados de noventa do século passado, com a “adoção de uma aproximação multidimensional à resolução do conflito que envolvia novos arranjos de comando e controlo”, como a implementação do programa de assistência militar *Bosnia Train and Equip Program*, sob liderança americana (Lamb & Stipanovich, 2016, p. 93).

Pese embora este conceito não seja novo, esta “nova forma de fazer a guerra”, os conceitos de guerra híbrida e ameaças híbridas passaram a fazer parte da caracterização do ambiente operacional e a integrar as preocupações securitárias de muitas nações ocidentais e organizações a nível mundial, particularmente a NATO. Em maio de 2011, num ensaio organizado pelo *Allied Command Transformation (ACT)* - Combater as ameaças híbridas – foi testada e debatida a viabilidade dos conceitos de “guerra híbrida” e “abordagem abrangente”. Neste ensaio foi reconhecida a “abordagem abrangente” como o conceito emergente para “conter a natureza multinacional das ameaças híbridas”, que promove a aplicação coordenada da vasta gama de recursos coletivos disponíveis, incluindo o diplomático, militar, informacional e económico, entre outros” (NATO ACT, 2011).

Os desafios estratégicos colocados recentemente pela atuação da Rússia na Geórgia e na Ucrânia e a atuação do EILL, com a utilização de táticas e uma filosofia híbrida típica vieram evidenciar vulnerabilidades e a necessidade de uma estratégia que tenha em conta os desafios apresentados por estas ameaças híbridas. As atividades conduzidas pelos atores híbridos não se traduzem em ações de curto prazo e de objetivos limitados, mas sim prolongadas e pró-ativas, levando a uma mudança na nova forma de fazer a guerra e na capacidade de resposta política e militar da Aliança. Uma das medidas tomadas diz respeito a adoção do *Readiness Action Plan (RAP)*, aprovado na Cimeira de Gales, em setembro de 2014, que visa “responder de forma rápida e firme aos novos desafios de segurança”, com a implementação de medidas de garantia e adaptação<sup>28</sup>. De entre as medidas de adaptação a NATO criou a *Very*

<sup>27</sup> Entendido como um renovado pensamento militar russo e não uma estratégia ou conceito, que incorpora o legado da “Teoria das Operações em Profundidade” (penetrar na profundidade operacional do adversário) e a “Teoria de Controlo Reflexiva” (métodos sistemáticos de moldar as perceções adversárias e o processo de decisão, e “forçá-lo” a agir voluntariamente em nosso favor) (Kasapoglu, 2015, p. 2).

<sup>28</sup> As medidas de garantia são focadas na defesa coletiva e gestão de crises orientadas para o flanco oriental da Aliança e incluem atividades em terra, no mar e no ar. As medidas de adaptação são mudanças de longo prazo na estrutura de comando e forças com vista a tornar a Aliança mais capaz de reagir rápida e decisivamente ao emergir de novas crises (NATO, 2016).

*High Readiness Joint Task Force* (VJTF)<sup>29</sup> (Figura nº 4), como parte da NATO *Response Force* (NRF), com um grau de prontidão elevado e o objetivo de dar à Aliança uma capacidade de resposta rápida às ameaças, e estabeleceu oito NATO *Force Integration Units* (NFIUs)<sup>30</sup> com vista à melhoria da cooperação e coordenação com as forças desses países e preparar e apoiar eventuais projeções de forças para a região (NATO, 2016). Mas esta resposta militar exigirá a existência de força com capacidade para operar ao longo de todos os domínios da guerra híbrida e uma capacidade dissuasora, de defesa coletiva e resiliência.

O flanco leste, que anteriormente era considerado como uma ameaça menor, passou agora a ser a principal fonte de preocupação, para além do flanco sul, com a instabilidade prolongada provocada por grupos armados não estatais, desde o Médio Oriente até ao norte de África, com o EIIL como principal, e a ameaça do alastramento dos efeitos a outras regiões de fronteira (Zapfe, 2015, p. 2).

Parece-nos óbvio que estes desafios híbridos irão requerer por parte da Aliança estratégias diferentes, e no mínimo, a definição de uma estratégia de guerra contra híbrida, visto tratarem-se de atores estratégicos diferentes, uma consciência estratégica melhorada e uma cooperação mais próxima entre esta e os Estados-membros, num sentido dum maior comprometimento e vontade política para fazer face a estas novas ameaças. Outro dos desafios.

A Aliança tem que ser capaz de projetar poder para qualquer área onde seja necessário e identificar e acompanhar a evolução destas ameaças, aumentando a sua capacidade de resposta a crises que possam ameaçar as suas fronteiras e alastrar-se a outras regiões e ao seu interior (i.e. através do terrorismo) e melhorando a comunicação estratégica e a partilha de informação entre os membros (NATO, 2015a, p. 2). Este desafio da partilha de informações tem testado e irá continuar a testar a capacidade dos serviços de informação dos Estados-membros e da Aliança no controlo e combate às ações dos *jihadistas* do EIIL, interna e externamente.

O Comité de Segurança e Defesa da NATO aponta como lema para lidar com estas ameaças – “adotar, adaptar e conhecer” e refere que a Aliança necessitará de adaptar a sua estrutura<sup>31</sup> e grau de prontidão. O Comité defende uma maior consciência situacional, que possa responder em tempo às ações estratégicas que possam vir a ter lugar, como no caso da Ucrânia.

---

<sup>29</sup> Entendida como um reforço e melhoramento da existente NATO *Response Force*, que nunca foi empenhada, exceto em participações pontuais nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, no apoio humanitário após o furacão Katrina e no terramoto do Paquistão, em 2005.

<sup>30</sup> Na Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, Hungria e Eslováquia.

<sup>31</sup> De referir que a Aliança procedeu a uma reforma da sua estrutura de comando militar após a Cimeira da NATO de 2010, em Lisboa.

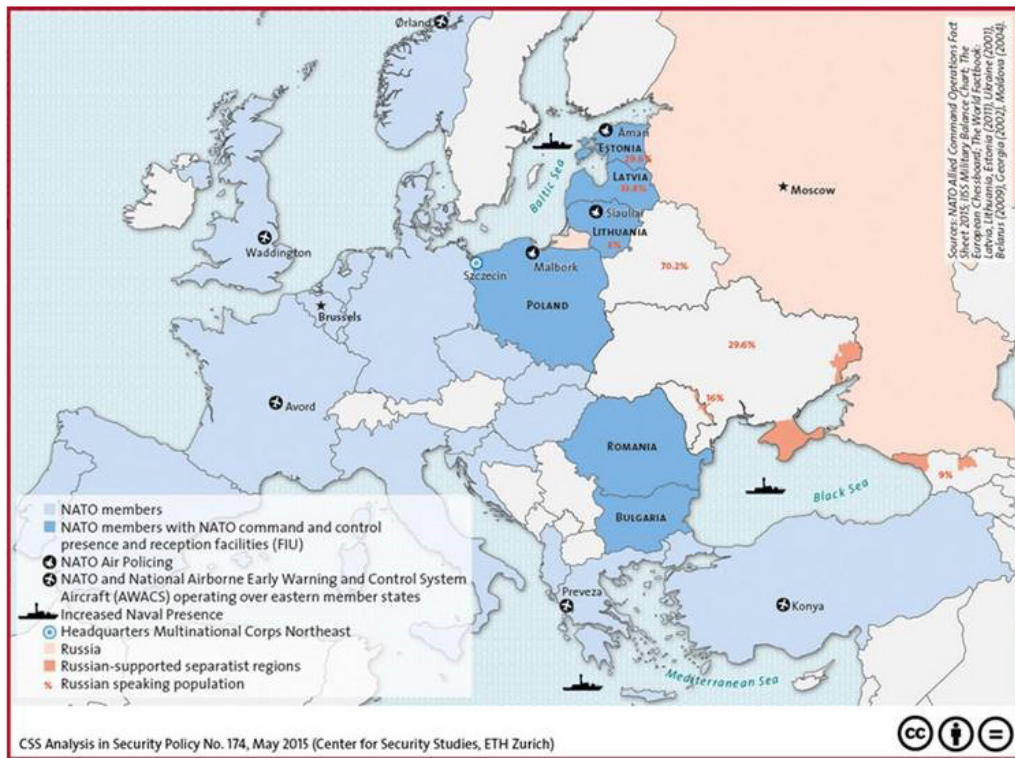


Figura 4 – A VJTF e o planeamento NATO

Fonte: (Zapfe, 2015, p. 3).

Para tal defende uma maior partilha da informação, com o reforço dos laços entre as agências internas dos Estados-membros, mediante a criação de órgãos de partilha, baseados nos centros de excelência, possibilitando a cooperação e o entendimento do ambiente operacional onde estas ameaças se desenvolvem. Por outro lado, defende um papel mais ativo das forças de operações especiais da Aliança em missões de assistência militar aos Estados-membros e parceiros, com o objetivo de ajudar a melhorar a consciência situacional e a antecipação estratégica na adaptação a estas ameaças híbridas. É fundamental que a implementação destas medidas se traduza num reforço da vontade e autoridade política, quer dos Estados-membros, quer do *North Atlantic Council* (NAC), que permita uma mobilização rápida das forças, particularmente a VJTF, em coordenação com os países, e do investimento na partilha comum de fundos para que as medidas e forças possam ser implementadas com sucesso. O processo de decisão político da Aliança está dependente da vontade dos Estados-membros, assim como a rapidez e capacidade na resposta. Um outro desafio prende-se com a necessidade de a Aliança dispor de um conjunto de mecanismos que lhe permita robustecer internamente (e aos Estados-membros) as capacidades de comunicação estratégica e a sensibilidade do seu público interno, no sentido de fortalecer a

resiliência e o conhecimento da situação e, dessa forma, combater a propaganda adversária. Nestes desafios, a Aliança inclui também o desenvolvimento das suas capacidades de defesa cibernéticas<sup>32</sup>, numa perspectiva de abordagem abrangente, que lhe permita fazer face a ataques cibernéticos (NATO, 2015a, pp. 9-11).

Neste sentido, a Aliança terá que adotar uma postura mais ativa de participação no fortalecimento das capacidades e mecanismos de resposta dos Estados mais suscetíveis de serem alvo destas ameaças híbridas, no apoio à redução das suas vulnerabilidades, no aumento da sua determinação e no desenvolvimento da sua capacidade de controlo do território e de defesa e segurança. Para além da constituição das NIFUs e de outras iniciativas, a NATO implementou em 2014 uma missão de vigilância e defesa (*air policing*) do espaço aéreo dos países bálticos, que não possuíam meios de defesa aérea. Em 2015 a Aliança levou a cabo o exercício de maior visibilidade no pós-Guerra Fria – *Trident Juncture 2015*<sup>33</sup> – com o objetivo de “garantir a capacidade da NATO em planear, gerar, preparar, projetar e sustentar forças e meios atribuídos” e enfrentar os desafios atuais e futuros, numa clara resposta às ameaças dos seus flancos oriental e sul (NATO, 2015b).

Henrik Praks (2015, pp. 10-11), referindo-se à postura de defesa e dissuasão da NATO na região do báltico, afirma que a Aliança deve ter um papel no “estabelecimento de uma consciência situacional para perceber aquilo que está a acontecer, identificar as ameaças híbridas, reconhecer e rapidamente identificar quem está por detrás dessa ameaça”. É fundamental que a Aliança compreenda os novos desafios da guerra híbrida colocados por estes atores e esteja preparada para uma confrontação prolongada, que envolva as dimensões militar, não convencional, de informação e outras, e que procure novas formas de dissuasão. Neste sentido, ela pode e deve empregar contramedidas cibernéticas para evitar ataques, providenciar forças paramilitares (i.e. *Multinational Specialized Units*) para combater a utilização e ação de *proxies* e conduzir campanhas de contrainformação em favor dos seus objetivos e interesses.

Kasapoglu (2015, pp. 11-12) defende que a guerra híbrida levada a cabo pela Rússia “se constitui não apenas como um desafio às capacidades militares da Aliança, mas também à sua cultura estratégica, arte operacional e pensamento militar” e que necessita de uma “nova análise de inteligência e capacidades estratégicas de previsão”, para fazer face a esta ameaça, seguida das “adequadas estratégias militares, conceitos e capacidade de *hard power*. O autor aponta que a NATO deve “basear-se na sua estrutura material e concetual e desenvolver um completo entendimento da guerra híbrida”, recomendando a constituição de um novo Centro de Excelência focado nesta ameaça. O planeamento de uma campanha traduzida na utilização da arte operacional e desenho operacional para a sua resolução, deixa de ser baseado apenas na guerra convencional e de contrainsurgência, e terá que ser adaptado, incorporando estes conceitos, ameaças e formas de atuação (Hoffman, 2009, p. 38).

---

<sup>32</sup> A NATO adotou em 2011 a NATO Policy on Cyber Defence e o respetivo Plano de Ação.

<sup>33</sup> Que envolveu cerca de 36.000 militares, de mais de 30 nações aliadas e parceiras.

A não existência de uma ameaça militar única e comum aos Estados-membros, como acontecia com o anterior Pacto de Varsóvia, e a consolidação na década anterior de uma certa mentalidade baseada na hegemonia dos atores estatais e no decréscimo dos conflitos intraestatais, constitui-se como um desafio em si próprio à coerência da NATO, pela ausência de um comprometimento e visão comuns na abordagem e resolução das diferentes crises. Esta falta de comprometimento ficou patente no processo de decisão e participação nas missões do Afeganistão e da Líbia. Os Estados-membros podem exercer o seu poder de voto no processo de decisão para ações militares, mas não são obrigados a tomar parte nessas ações. Isto é ainda mais difícil quando a ameaça atua no limiar daquilo que é a defesa coletiva (Blum, et al., 2015, pp. 12-13).

É fundamental que a Aliança antecipe os acontecimentos e se torne mais pró-ativa do que reativa, mantendo um quadro operacional comum entre os seus Estados-membros, que reforce a sua atuação no combate a estas ameaças, em sinergia e cooperação com outras organizações internacionais, particularmente a UE, com responsabilidades na segurança e defesa. A Aliança e os instrumentos militares devem prepara-se para o inesperado e adaptar as suas capacidades aos adversários. É necessário que considere uma política de resposta mais flexível, que disponha de uma vasta gama de instrumentos no combate a estas ameaças. A parceria com a UE constitui-se como uma oportunidade e complemento no combate comum às técnicas e ameaças híbridas não militares, como por exemplo na promoção da independência energética e reforma política, permitindo um uso alargado dos instrumentos de poder político e militar e uma cooperação mais efetiva, no âmbito das competências e atribuições que a NATO não possui. A NATO e UE partilham interesses estratégicos e cooperam em assuntos de interesse comuns na gestão de crises, como se tem verificado nos últimos anos na articulação no terreno em operações nos Balcãs Ocidentais, no Afeganistão, Darfur ou Somália. A prevenção é fundamental no combate a estas ameaças híbridas, conciliada com a tomada de medidas que permitam o fortalecimento da resiliência dos setores de segurança<sup>34</sup> de Estados mais vulneráveis a estas ameaças desestabilizadoras (Pindják, 2014).

Davis Jr. (2015, p. 20) defende que esta cultura de inovação se deve basear no desenvolvimento de novas abordagens aos problemas por parte dos líderes militares, aquando da preparação para a próxima guerra, sustentada no correspondente desenvolvimento institucional de “organizações de aprendizagem” no seio da Aliança e no desenvolvimento de uma “mentalidade híbrida” ou “modo híbrido de pensamento”. O autor defende que esta “mentalidade híbrida” deve basear-se na interação concetual de “compreensão do conceito estratégico, numa aproximação holística às operações, no foco perante potenciais oportunidades e na envolvimento perante a complexidade natural do ambiente operacional”. Os recentes desafios operacionais forçaram a NATO e os seus Estados-membros a aprender e adaptar-se de forma inteligente, para combater ameaças em constante evolução e alcançar os seus objetivos.

---

<sup>34</sup> De acordo com o conceito de *Security Sector Reform* (SSR), das Nações Unidas, que traduz a necessidade de um Estado dispor de estruturas e instituições de segurança eficazes e responsáveis, capazes de providenciar segurança pública e garantir o Estado de Direito.

Neste sentido julgamos ser fundamental que seja fomentada a filosofia do comando-missão<sup>35</sup> nas organizações de aprendizagem dos Estados-membros e da Aliança e que a mesma seja efetivamente implementada na conduta das operações. É importante que as forças possuam uma formação militar profissional sólida e as capacidades necessárias para combater o desconhecido. Só desta forma poderemos contribuir para uma maior adaptabilidade operacional, incorporando a partilha de riscos, em todos os escalões, de forma a reagir, adaptar e criar oportunidades.

## Conclusões

A evolução do fenómeno da guerra tem sido marcada por causas múltiplas que se relacionam e condicionam mutuamente, de forma dinâmica. Os conflitos atuais, quando o forte enfrenta o fraco, são mais fáceis de começar do que de terminar, como depreendemos das guerras no Afeganistão e no Iraque.

As ameaças passaram a ser de vária ordem, lutando por objetivos múltiplos e sobrepostos. Estas “novas guerras” desenvolvem-se em ambientes operacionais de cariz subversivo e, apesar de manterem a mesma natureza e alguma continuidade, modificaram o seu carácter, adaptaram-se a cada caso concreto, apresentam novos atores e evoluem mais rapidamente, segundo novas formas e níveis que podem ser mais perturbadores que no passado. Pese embora a natureza da guerra permaneça constante, a sua conduta e carácter mudou. Uma guerra nunca é um processo estático e previsível. Em cada época as guerras têm características distintas.

Com a anexação da Crimeia e a intervenção militar russa na Ucrânia, os teorizadores e a Aliança passaram a defender a necessidade de combater um novo fenómeno da guerra híbrida. No entanto, como verificamos ao longo da análise efetuada, este não é um fenómeno novo, e as estratégias e táticas que a caracterizam tinham sido utilizadas em conflitos anteriores, como no conflito que opôs o Hezbollah às Forças de Defesa de Israel. A ascensão da guerra híbrida não vem representar o fim dos conflitos convencionais ou tradicionais, mas apresenta em si uma dificuldade acrescida para o planeamento de defesa a efetuar no combate às futuras ameaças da Aliança.

Nesta nova forma de fazer a guerra verificamos que o papel principal não é exclusivo dos atores estatais e que os atores envolvidos na guerra híbrida estão dispostos a utilizar todos os meios postos à sua disposição para fazer valer a sua vontade. Nesta nova forma de atuação verificamos que as ameaças híbridas utilizam de forma sinérgica ações militares convencionais, não convencionais ou irregulares, ações terroristas, grupos criminosos, guerra cibernética, *proxies*, etc. para atingir efeitos nos domínios físico e psicológico dos conflitos, misturando a letalidade e o fervor fanático e prolongado da guerra irregular. As componentes regular e irregular deixam de estar aplicadas em áreas diferentes do conflito, como esforços

---

<sup>35</sup> Conduta das operações através da execução descentralizada baseada em ordens tipo-missão, orientadas para a finalidade da operação, em vez do detalhe das tarefas (Exército Português, 2012, p. 17).



distintos e passam a estar combinadas de forma simultânea num único domínio. Deixamos de combater um maior número de desafios distintos de forma isolada e passamos a combatê-los de forma convergente em guerras híbridas. A ameaça híbrida procura obter sobre o seu oponente uma vantagem sobre todos os elementos de poder do seu adversário: político, diplomático, informacional e económico.

Constatamos que a forma de conflito conduzida pela Rússia na campanha da Ucrânia é caracterizada pela existência de um conjunto de ações e estratégias típicas de uma guerra híbrida, à qual a NATO atribuiu uma importância fundamental, apresentando essa ação como uma das maiores ameaças e desafios à segurança e defesa da Aliança no futuro. Estas ameaças utilizam uma vasta variedade de táticas e ferramentas e procuram atingir as vulnerabilidades dos Estados mais frágeis, sem utilizar de forma direta os meios militares e conduzir ações de disrupção, de agitação social interna e disputas territoriais, apoiadas por fortes campanhas de informação com uma narrativa eficaz.

Estas ameaças híbridas, como demonstrado na intervenção na Ucrânia, continuarão a atuar no limiar da legalidade e legitimidade e a empregar ações ao longo de todos os domínios do ambiente operacional: político, militar, económico, social, informacional e infraestruturas. Uma cada vez maior compressão dos níveis da guerra irá ser uma tendência nestes conflitos híbridos, com a ameaça a possuir meios convencionais e armamento próprio dos atores convencionais, a utilizar a tecnologia de forma eficiente, forças de operações especiais, e a fazer uso de todas as suas capacidades aos vários níveis das operações: tático, operacional e estratégico. Pese embora não exista ainda uma doutrina comum, o conceito tornou-se numa nova tendência do pensamento militar, na base da definição de um modelo de resposta por parte da Aliança e dos seus Estados-membros e a integrar as preocupações securitárias.

A Aliança e os seus membros têm de estar preparados para os desafios e implicações que a atuação destas ameaças representa. A Cimeira da NATO de Gales definiu um rumo claro na implementação de um conjunto de medidas de garantia e adaptação, em resposta a este novo ambiente de segurança. É fundamental que a Aliança melhore os seus mecanismos de resposta, implementando estratégias diferentes e integradas, melhorando a sua consciência estratégica e cooperação mais próxima entre os Estados-membros. Para tal deverá adotar uma postura focada na dissuasão pró-ativa, que reforce a sua atuação no combate a estas ameaças, em sinergia e cooperação com outras organizações internacionais, particularmente a UE.

Estes desafios passam também pelo desenvolvimento de uma cultura de inovação do homem e da força sustentada numa formação militar profissional sólida, no desenvolvimento institucional de organizações de aprendizagem e no desenvolvimento de uma mentalidade híbrida, que prepare o elemento humano para combater o desconhecido.

## Bibliografia

Aguirre, M., 2011-2012. Nuevas formas de conflictos, actores, espacios y dinámicas. *Janus 2011-2012 Anuário de Relações Exteriores*, pp. 56-57.

- Baczynska, G., 2015. *Business Insider; Military & Defense*. [Online] Available at: <http://www.businessinsider.com/putin-just-made-russian-casualties-in-ukraine-officially-secret-2015-5> [Acedido em 08 07 2016].
- Barroso, L., 2012. As Novas Guerras: Entre Sun Tzu e Clausewitz. *Boletim Ensino | Investigação n.º 13. IESM*, 11, pp. 19-26.
- Blum, R., Zouganeli, E., Rao, S. & Elcheikh, S., 2015. *Academia*. [Online] Available at: [http://www.academia.edu/11044703/THE\\_FUTURE\\_OF\\_NATO\\_IN\\_THE\\_FACE\\_OF\\_HYBRID\\_THREATS](http://www.academia.edu/11044703/THE_FUTURE_OF_NATO_IN_THE_FACE_OF_HYBRID_THREATS) [Acedido em 16 06 2016].
- Charap, S., 2015-2016. The Ghost of Hybrid War. *Survival: Global Politics and Strategy*, 12-01, pp. 51-58.
- Clausewitz, C. V., 1976. *Da Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um curso. Vol. I*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Covington, S., 2016. *The Culture of Strategic Thought Behind Russia's Modern Approaches to Warfare. Belfer Center for Science and International Affairs*. [Online] Available at: [http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/26986/culture\\_of\\_strategic\\_thought\\_behind\\_russias\\_modern\\_approaches\\_to\\_warfare.html](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/26986/culture_of_strategic_thought_behind_russias_modern_approaches_to_warfare.html) [Acedido em 09 11 2016].
- Creveld, M. V., 1991. *The Transformation of War*. New York: The Free Press.
- Creveld, M. V., 1998. *La Transformation de la Guerre*. Paris: Éditions du Rocher.
- DA, 1990. *Field Manual 100-20 Military Operations in Low Intensity Conflict*. Washington, DC: Headquarters. Department of the Army and the Air Force.
- Davis Jr., J. R., 2013. Defeating Future Hybrid Threats: The Greatest Challenge to the Army Profession of 2020 and Beyond. *Military Review*, Vol. XCIII, n.º 5, September-October, pp. 21-29.
- Davis Jr., J. R., 2014. *The Hybrid Mindset and Operationalizing Innovation: Toward a Theory of Hybrid*, Fort Leavenworth, Kansas Fort: U.S. School of Advanced Military Studies.
- Davis Jr., J. R., 2015. Continued Evolution of Hybrid Threats. The Russian Hybrid Threat Construct and the Need for Innovation. *The Three Swords Magazine*, issue NO. 28, 05, pp. 19-25.
- European External Action Service, 2015. *Food-for-thought paper "Countering Hybrid Threats"*, Brussels: European Union.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Comando da Instrução e Doutrina.
- Garcia, F. P. & Saraiva, M. F., 2004. O fenómeno da Guerra no novo século - uma perspectiva. *Negócios Estrangeiros*. N.º 7, 09, pp. 104-121.
- Garcia, P., 2009. A Resposta das Forças de Defesa no Actual Contexto de Conflitualidade - No Âmbito da NATO. Em: I. A. I. I. IPCE, ed. *Estratégia Vol. XVIII. Estudos em Homenagem ao VAlm. António Emílio Ferraz Sachetti*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Económica, pp. 113-124.

- Garcia, P., 2010. *Da Guerra e da Estratégia. A Nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio.
- Government of Singapore, 2015. *Cyber Pioneer*. [Online] Available at: [http://www.mindef.gov.sg/imindef/resourcelibrary/cyberpioneer/topics/articles/news/2015/mar/05mar15\\_news.html#.V4AV5LgrLic](http://www.mindef.gov.sg/imindef/resourcelibrary/cyberpioneer/topics/articles/news/2015/mar/05mar15_news.html#.V4AV5LgrLic) [Acedido em 08 07 2016].
- Hammes, T., 2006. *The Sling and the Stone. On war in the 21st century*. 1.<sup>a</sup> ed. Minneapolis: Zenith Press.
- Hoffman, F., 2007. *Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars*, Arlington: The Potomac Institute for Policy Studies.
- Hoffman, F., 2009. Hybrid Warfare and Challenges. *Joint Force Quarterly*, issue 52, 1st quarter, pp. 34-39.
- Huovinen, P., 2011. *NATO Multimedia Library*. [Online] Available at: <http://natolibguides.info/hybridwarfare> [Acedido em 18 06 2016].
- Jerónimo, N. & Álvares, P., 2003. Novas Tecnologias. *Seminário da Academia Militar e do Instituto de Altos Estudos Militares "Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa"*, 20 a 23 Mar, pp. 157-172.
- Kasapoglu, C., 2015. *NATO Defense College*. [Online] Available at: <http://www.ndc.nato.int/news/news.php?icode=877> [Acedido em 23 06 2016].
- Lamb, C. J. & Stipanovich, S., 2016. Back to Basics on Hybrid Warfare in Europe. A Lesson from the Balkans. *Joint Force Quarterly* 81, 2nd Quarter, 04, pp. 92-101.
- Lousada, A. & Escorrega, L., 2010. Da Importância do Instrumento Militar na Actual Tipologia de Conflitos. *Revista Militar N.º 11*, 11, pp. 1199-1216.
- Maigre, M., 2015. *German Marshall Fund of the United States (GMF)*. [Online] Available at: <http://www.gmfus.org/publications/nothing-new-hybrid-warfare-estonian-experience-and-recommendations-nato> [Acedido em 21 06 2016].
- NATO ACT, 2011. *North Atlantic Treaty Organization. Allied Command Transformation*. [Online] Available at: <http://www.act.nato.int/nato-countering-the-hybrid-threat> [Acedido em 26 06 2016].
- NATO StratCom COE, 2015. *Analysis of Russia's Information Campaign against Ukraine*, Riga: NATO STRATCOM Centre of Excellence.
- NATO, 2010. *Bi-SC Input to a New NATO Capstone Concept for the Military Contribution to Countering Hybrid Threats*, Belgium: NATO.
- NATO, 2014. *North Atlantic Treaty Organization*. [Online] Available at: [http://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_112964.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm) [Acedido em 15 06 2016].
- NATO, 2014. *North Atlantic Treaty Organization*. [Online] Available at: [http://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_112964.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm) [Acedido em 21 06 2016].
- NATO, 2015a. *Hybrid Warfare: NATO's New Strategic Challenge?*, Brussels: NATO Parliamentary Assembly.

- NATO, 2015b. *North Atlantic Treaty Organization*. [Online] Available at: [http://www.nato.int/cps/en/natohq/news\\_124265.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_124265.htm?selectedLocale=en) [Acedido em 26 06 2016].
- NATO, 2016. *North Atlantic Treaty Organization*. [Online] Available at: [http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_119353.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_119353.htm) [Acedido em 24 06 2016].
- Nunes, I. F., 1996. Os conflitos regionais e a segurança internacional. *Nação e Defesa*, N.º 80, pp. 149-172.
- Pindják, P., 2014. *NATO Review magazine*. [Online] Available at: <http://www.nato.int/docu/review/2014/also-in-2014/Deterring-hybrid-warfare/EN/index.htm> [Acedido em 26 06 2016].
- Pinheiro, Á. d. S., 2010. O Conflito de 4ª Geração e as Forças de Operações Especiais do Brasil. A Nova Ordem Mundial. *Mama Sumae. Revista da Associação de Comandos*, N.º 71, II Série, Jan-Jun, pp. 66-70.
- Português, E., 2005. *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Praks, H., 2015. *NATO Defense College*. [Online] Available at: <http://www.ndc.nato.int/> [Acedido em 21 06 2016].
- Record, J., 2007. *Beating Goliath: Why Insurgencies Win*. Washington, D.C: Potomac Books.
- Reis, J. M., 2012. Guerra Subversiva - Lições Aprendidas e Contributos para um Reajustamento da Doutrina Nacional. *Boletim Ensino | Investigação*, n.º 12, IESM, 05, pp. 37-65.
- Rogers, E. L., 2012. *Defense Technical Information Center*. [Online] Available at: <http://www.dtic.mil/dtic/> [Acedido em 16 06 2016].
- Santos, J. A. L. d., 2015. Análise dos conflitos atuais, ameaças, riscos e prospectivas. *Revista Militar* N.º 2565, 10, pp. 733 - 738.
- Schurman, B., 2011. Clausewitz e os Estudiosos da “Nova Guerra”. *Military Review*, Set-Out, pp. 47-56.
- Smith, R., 2005. *A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno*. Lisboa: Edições 70.
- Telo, J., 2002. Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso. *Nação e Defesa*, N.º 103 - 2.ª Série, pp. 211-249.
- U.S. Army, 2010. *Training Circular 7-100, Hybrid Threat*. Washington: U.S. Government Printing Office (GPO).
- U.S. Army, 2011. *Army Doctrine Publication (ADP) 3-0, Unified Land Operations*. Washington, DC: Headquarters, Department of the Army.
- U.S. Government Accountability Office, 2010. *U.S. Government Accountability Office*. [Online] Available at: <http://www.gao.gov/assets/100/97053.pdf> [Acedido em 15 06 2015].
- Weitz, R., 2014. *Diplomaatia*. [Online] Available at: <http://www.diplomaatia.ee/en/article/countering-russias-hybrid-threats/> [Acedido em 23 06 2016].
- Zapfe, M., 2015. *Center for Security Studies*. [Online] Available at: [http://www.css.ethz.ch/en/center/people/zapfe-martin-all-publications/details.html?id=/n/o/1/7/no\\_174\\_natos\\_spearhead\\_forcenr\\_174\\_die\\_s](http://www.css.ethz.ch/en/center/people/zapfe-martin-all-publications/details.html?id=/n/o/1/7/no_174_natos_spearhead_forcenr_174_die_s) [Acedido em 25 06 2016].